

## O TRABALHO DOMÉSTICO E O ENSINO PROFISSIONAL: CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE SOBRE TRABALHO

*DOMESTIC WORK AND PROFESSIONAL EDUCATION:  
TECHNICAL EDUCATION STUDENTS' CONCEPTIONS ABOUT WORK*

<sup>1</sup>Marília Gabriela Bueno Diogo Moreti.

<sup>2</sup>Lerice de Castro Garzoni.

<sup>3</sup>Luciana de Abreu Nascimento.

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

E-mail: [mgabrielamoreti@hotmail.com](mailto:mgabrielamoreti@hotmail.com).

ORCID: 0009-0000-1498-1514.

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

E-mail: [lerice.garzoni@ifsuldeminas.edu.br](mailto:lerice.garzoni@ifsuldeminas.edu.br).

ORCID: 0000-0002-4858-520X.

<sup>3</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

E-mail: [luciana.nascimento@ifsuldeminas.edu.br](mailto:luciana.nascimento@ifsuldeminas.edu.br).

ORCID: 0000-0002-1296-7732.

Artigo submetido em 06/10/2023, aceito em 11/06/2025 e publicado em 18/06/2025.

**Resumo:** O artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre o conceito de trabalho doméstico e sua relação com Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto dos cursos técnicos subsequentes em Administração e Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSULDEMINAS), Campus Poços de Caldas. Tendo em vista a crítica feminista sobre a definição marxista de trabalho, buscou-se compreender como os conceitos de trabalho e trabalho doméstico são elaborados por alunas e alunos em formação profissional nessa modalidade de ensino. Para isso, foram realizadas duas etapas de coletas de dados. Em um primeiro momento, houve a aplicação de um questionário fechado com a participação de trinta e três discentes. Posteriormente, foi feita entrevista com seis estudantes, sendo três mulheres e três homens. A análise do material coletado demonstrou falta de consenso e perspectiva pouco crítica sobre a definição de trabalho, concepções contraditórias sobre o conceito de trabalho doméstico e os impactos das socializações diferenciais de homens e mulheres. A abordagem da temática em ambiente de formação profissional causa estranhamento e incômodo no público masculino, como se não tivesse relação alguma com sua inserção nos mundos do trabalho, o que contrasta com as concepções do público feminino.

**Palavras-chave:** Trabalho Doméstico; Crítica Feminista; Educação Profissional e Tecnológica.

**Abstract:** The article aims to present the results reached by an investigation about the concept of domestic work and its relationship with Professional and Technological Education (EPT) in

the context of subsequent technical courses in Administration and Electrotechnics at the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSULDEMINAS), Poços de Caldas Campus. Considering the feminist critique of the Marxist definition of work, the article sought to understand how the concepts of work and domestic work are developed by students undergoing professional training in this type of education. For this, two stages of data collection were carried out. Initially, a closed questionnaire was administered with the participation of thirty-three students. Subsequently, interviews were carried out with six students, three women and three men. The analysis of the collected material demonstrated a lack of consensus and an uncritical perspective on the definition of work, contradictory conceptions about the concept of domestic work and the impacts of the differential socialization of men and women. The approach to this theme in a professional training environment causes estrangement and discomfort in the male public, as if it had no relation with their insertion in the worlds of work, which contrasts with the conceptions of the female public.

**Keywords:** Domestic Work; Feminist Criticism; Professional and Technological Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Na década de 1970, estudiosas feministas elaboraram uma série de questionamentos sobre a relação das mulheres com os mundos do trabalho sob a perspectiva marxista. Esse movimento implicou a necessidade de reconceituar trabalho, bem como exploração, tendo em vista a inclusão das “relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2018, p. 85). Segundo Marx, o trabalho pode ser definido como um processo entre o homem e a natureza, bem como entre os homens entre si (MARX, 2011, p.188) Para Federici: “o trabalho é mais do que apenas uma mercadoria; é a fonte da riqueza. Mas também é a fonte da subordinação e da pobreza” (FEDERICI, 2021). A transformação da natureza e do ser em si se produzem em condições sociais determinadas, como a servidão, escravidão ou assalariamento.

Assim, a noção marxiana abarca a superposição de dois tipos de relação: homem-natureza e homem-homem. A crítica feminista, por sua vez, considera tal definição insuficiente, por tomar um modelo assexuado de trabalho, no qual o sujeito “homem” é apresentado como universal e, com isso, o masculino elevado à categoria universal (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252). Nessa perspectiva, o conceito de acumulação primitiva, fundador do capitalismo industrial moderno na obra de Marx, também exigiria uma releitura, pois foi examinado a partir do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento de produção de mercadorias, sem elaborar com profundidade o papel do trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2021).

Ao enfatizar o papel social do trabalho feminino, destacando-o como o “primeiro trabalho” na gênese do modo capitalista de produção, Federici mostra que o trabalho doméstico pode ser considerado “a manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 42), voltada especificamente contra as mulheres. Para a autora, o trabalho doméstico não seria apenas invisibilizado, mas também a base da manutenção do domínio do capital, o que torna sua problematização o verdadeiro “ponto zero da revolução”. Assim, questionar as concepções sobre trabalho doméstico chama atenção para o fato de que a reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico. E que a imensa quantidade de trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.

Do ponto de vista teórico, sob a ótica do capitalismo, o trabalho assalariado refere-se a uma atividade social capaz de ser objetivada e racionalizada, operações a serem realizadas e tempo mensurável de realização, enquanto o trabalho doméstico é oposto à objetificação, pois se trata de tarefas cotidianas e repetitivas ligadas à afetividade e à “flexibilidade” materna e

conjugal das mulheres (HIRATA; ZARIFIAN, 1991 p.253). Trata-se, portanto, de atividade não paga, trabalho gratuito, realizado no contexto familiar e especialmente por mulheres, fundamental para a economia capitalista na medida em que garante a reprodução da força de trabalho, sem se converter em adicional no custo produtivo das famílias (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009 p. 257).

Iniciado na década de 1970, o debate acadêmico sobre trabalho doméstico adquiriu contornos conceituais distintos ao longo do tempo, com a elaboração da noção de trabalho reprodutivo e, posteriormente, de economia do cuidado (CARRASCO, 2012). A crítica que motivou essas mudanças estava relacionada ao fato de que a problematização inicial ainda tomava como referência o trabalho remunerado e mercantil. Esses ajustes semânticos testemunham, portanto, um “longo caminho conceitual”, bem como a dificuldade de elaborar uma definição precisa. A emergência de “trabalho dos cuidados”, muito associado ao aspecto relacional voltado às necessidades materiais e emocionais de crianças e adultos dependentes, não suplanta, por sua vez, o emprego de trabalho doméstico, sobretudo quando se considera atividades mais instrumentais, como cozinhar ou lavar (ESQUIVEL, 2012). Assim, dada a problemática abordada na presente pesquisa, bem como os sujeitos envolvidos, optou-se pelo emprego de trabalho doméstico, mesmo tendo consciência de suas limitações.

Ao caracterizar a classe trabalhadora, Antunes (2009) cita estudos realizados por Pollert e Hirata que apontam a existência da divisão sexual do trabalho, ou seja, mulheres ocupam posições diferentes no mundo do trabalho em comparação aos homens. E essas posições costumam ser mais desvantajosas se comparadas entre si. As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p.109).

A educação escolar pode contribuir tanto para a produção e reprodução de diferenças entre os indivíduos, quanto para questioná-las. Na sociedade capitalista, as interpretações biológicas foram evocadas para justificar e reforçar a divisão sexual do trabalho, com a argumentação de que a diferença entre trabalho masculino e feminino seria consequência de fatores inerentes à natureza dos homens e das mulheres, o homem como provedor e a mulher designada ao trabalho de reprodução, ocorrendo a separação entre o público masculino e o feminino. O uso do conceito de gênero, por sua vez, permite perceber que os papéis masculinos e femininos são construções sociais fundadas em relações de poder e hierarquia. Para Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995: 86), sendo o emprego dessa categoria pertinente para refletir tanto sobre o mundo do trabalho, quanto sobre a educação.

Na formação profissional, a escolha por determinados cursos reflete mais que aspirações pessoais, sendo amplamente condicionadas ou influenciadas por estereótipos de gênero. Rosemberg, observa que mulheres tendem a optar por cursos flexíveis e que permitam a conciliação entre projeto profissional e afetivo (ROSEMBERG, 1994). Dessa forma, a discussão da divisão sexual do trabalho apresentada neste projeto está ligada à própria divisão sexual nos processos de formação profissional. Homens são maioria e têm lugar de destaque na construção da ciência e da tecnologia, sendo que a educação profissional também foi concebida como um espaço de formação masculina (RAMOS, 2006) e com participação, ainda majoritariamente masculina, como aponta o Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica (2021) ao indicar que a participação feminina em cursos da EPT foi um pouco inferior a 50% no ano de 2019.

Se tomarmos o decreto de Nilo Peçanha como um dos marcos inaugurais do ensino profissional regulamentado pelo Estado, é possível afirmar que, em sua fundação, esse nível educacional era voltado apenas para a formação masculina (BRASIL, 1909). Em determinadas instituições há, ainda hoje, a predominância masculina, tanto no corpo docente como discente, assim como o fato da composição de gênero estar diretamente ligada à imagem social de cada curso (STANCKI, 2013). Ou seja, os cursos em que as mulheres são maioria ainda são aqueles relacionados a características supostamente femininas, entre as quais se destaca o cuidado, como corroboram os dados do já mencionado anuário (2021) que indicam uma maior participação feminina nos cursos relacionados ao eixo de Ambiente e Saúde (80% de matrículas referentes ao sexo feminino), enquanto que cursos vinculados aos eixos de Controle e Processos Industriais ou de Infraestrutura, por exemplo, têm 80% ou mais de suas matrículas entre estudantes do sexo masculino.

Tendo em vista esses apontamentos, o presente artigo apresenta os resultados de uma investigação voltada para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes de Administração e Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Poços de Caldas, com vistas a compreender como esses estudantes elaboram a questão do trabalho doméstico. Afinal, embora atualmente sejam correntes as críticas sobre a tripla jornada de trabalho feminino, bem como a ênfase ao empoderamento feminino, ainda persistem concepções em torno da “glorificação da família” e do heroísmo das mulheres, sobretudo das mães. Nesse contexto, como esses estudantes, homens e mulheres, percebem sua relação com esse trabalho não valorizado e não remunerado, mas central para manutenção da vida e das estruturas estabelecidas?

Se o conceito de trabalho é fundamental nas discussões sobre a Educação Profissional e Tecnológica, com reflexões sobre como e com quais objetivos formar trabalhadores, a pesquisa pretende, ao ampliar a problematização desse conceito, contribuir para uma inserção crítica no mundo do trabalho e no próprio contexto familiar. Para isso, foi realizada a análise de dados coletados por meio de questionário e entrevista junto aos discentes dos cursos supracitados. A pesquisa se orientou pela proposta marxista de emancipação do ser humano de modo omnilateral juntamente com a crítica de pesquisadoras feministas em relação ao trabalho a fim de contribuir para ampliar a noção e a inserção crítica no mundo do trabalho e, também, no próprio contexto familiar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da educação profissional no Brasil foi marcada por disputas e mudanças em relação às concepções de ensino e ao público ao qual deveria atingir. Suas origens remontam à criação dos colégios de fábrica, destinados majoritariamente aos meninos (RAMOS, 2016, p.24). Ao longo do século XIX, foram criadas instituições voltadas para o início das primeiras letras e a escola de ofícios, às quais eram enviadas as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, em sua maioria homens. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou as escolas de aprendizes artífices e do ensino agrícola, “o que evidencia um avanço da educação profissional, pois nesse período sua atuação passa a atender necessidades emergentes nos campos da agricultura e da indústria” (RAMOS, 2016, p. 25).

Ao longo de todo esse período, o papel da educação profissional sempre esteve atrelado e subjugado à instrumentalização do operário, reforçando uma concepção de educação profissional voltada para alimentar e retroalimentar o sistema, utilizando força de trabalho das classes mais pobres e não como emancipadora do sujeito (ROCHA, 2016). As instituições criadas no século XIX, voltadas para o ensino de ofícios como tipografia, carpintaria, sapataria, tornearia dentre outros, tinham como destinatárias crianças, pobres, órfãos e abandonados (ESCOTI; MORAES, 2012 p.1493). Daí se conclui que educação profissional no Brasil tem

origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar a infância abandonada (RAMOS, 2014, p.24).

No início do século XX, o decreto de Nilo Peçanha também concebia um ensino profissional destinado aos “pobres e humildes”, sendo que estas deram origem ou foram transformadas, posteriormente, em escolas técnicas estaduais e federais (RAMOS, 2014, p.24). Em relação às mulheres, a primeira instituição de ensino profissional voltada para estudantes do sexo feminino teria sido o Seminário da Glória que, criado em 1825, que tinha como objetivo:

atender à “miserável orfandade do sexo feminino, cuja pobreza, poderoso veículo de tantos costumes e vícios que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas, tanto influem na depravação geral dos costumes.” Administrado por freiras, seu objetivo era moralizar e doutrinar meninas a fim de que não cedessem às suas paixões e vícios, compreendidos como riscos inerentes à condição feminina (LOURO, 2012).

Dessa forma, se o ensino profissional era destinado aos pobres em geral, é importante reconhecer que havia grande diferença nos tipos de formação em relação ao gênero. As mulheres deveriam realizar atividades atribuídas como naturais ao feminino, como o cuidado com as tarefas domésticas, visando preservar sua honra sexual (LOURO, 2012, p.446). Em 1909, inaugura-se a escola profissional feminina, os cursos oferecidos eram rendas e bordados, confecções de flores e chapéu. Ainda que buscasse prover algum trabalho reconhecido que gerasse rendimento às mulheres, muitas delas acabavam criando oficinas de costura em suas próprias casas, para conciliar o papel social de mãe, esposa e dona de casa. Até a década de 1930, é possível afirmar que a inserção feminina no ensino profissional esteve intimamente atrelada às atividades domésticas, sendo tardia sua inserção no ensino industrial (LIMA; CARRIELO; DAMASCENO, 2021).

Paralelo a isso, nesse mesmo período, o aprofundamento da formação propedêutica era exclusividade das elites, enquanto a educação voltada para os trabalhadores era restrita ao desempenho do trabalho braçal (NOSELLA; BUFFA, 1988). O modelo do curso primário, visando o ensino superior, era praticamente inacessível à classe trabalhadora (MOURA, 2007). Na década de 1940, as leis reforçavam a divisão entre uma formação voltada para o ingresso na universidade e outra focada no processo produtivo. Ramos (2014) destaca que os anos 1930 e 1940, foram marcados por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais. No período Vargas, as escolas profissionalizantes foram tratadas como dever do estado em benefício das classes menos favorecidas e também regulamentadas em Leis Orgânicas da Educação Nacional o que favoreceu a criação do sistema “S”, com a criação do Senai, Senac e o Sesi. Sobre esse período Kuenzer destaca que:

a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das funções intelectuais e instrumentais das forças produtivas, delimitavam claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro. (KUENZER, 2007, p.27)

Assim, as elites tinham a possibilidade de seguir estudando, enquanto aos menos favorecidos restavam as limitações do ensino profissionalizante. No período do Estado Novo, acontece a reforma do ensino secundário realizada pelo ministro Capanema. Mesmo diante dessa reforma, com leis que previam a presença feminina em diferentes estabelecimentos educacionais, as diferenças de gênero continuaram a caracterizar a organização do ensino profissional por meio de ações pedagógicas e práticas cotidianas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). O processo de industrialização e modernização das relações de produção exigiam maior qualificação de mão-de-obra, o que contribuiu para acentuar a

dualidade entre a formação propedêutica voltada para o ensino superior e a formação instrumental voltada para o mercado de trabalho.

No final dos anos 1950, o Brasil recebeu incentivo nacional e internacional para a consolidação da rede de Escolas Técnicas Federais e, em 1965, foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) no âmbito do Ministério da Educação. Importante ressaltar que essas escolas ocuparam lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial no Brasil, que levou à transformação de algumas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em 1971, uma grande mudança aconteceu na educação com a aprovação da lei nº 5.692, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus e impôs a profissionalização compulsória em todo o ensino secundário. Tal compulsoriedade, entretanto, se restringiu somente aos sistemas públicos de ensino, sendo que o sistema privado continuava voltado para a formação propedêutica. Sobre esse período, Escott e Moraes apontam que o discurso por trás da profissionalização compulsória era o “de atender a crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, o que tornou oportuno uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior”, ainda que dificilmente acessível aos mais pobres (ESCOTT, MORAES, 2012, p.1494).

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o ensino profissionalizante no Brasil passa a ocorrer quase que exclusivamente nas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, e em poucos sistemas estaduais de ensino (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1495). O debate sobre essa modalidade de ensino esteve em pauta no cenário nacional no contexto da redemocratização, no sentido de superar a dicotomia entre a educação básica e a educação profissional, que divide o ensino em intelectual e técnico. Ainda que as propostas de mudanças em relação à última etapa da educação básica tenham sido derrotadas, o debate em torno das suas concepções se manteve ao longo do tempo (CIAVATTA, 2005).

Criados em 2008, os Institutos Federais buscam romper com a dicotomia que marcou o ensino profissional no Brasil, ou seja, a separação entre instrução profissional e educação geral, investindo na formação integrada e modificando os processos educativos para que se tornem ações efetivas para acesso do trabalhador ao mundo do trabalho. Uma das particularidades dos Institutos Federais é justamente o Ensino Médio Integrado que pode ser definido da seguinte forma:

Não apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 62)

O projeto de ensino integrado, como definem os autores, favorece a ampliação da compreensão de mundo. Ele traz um conteúdo político-pedagógico comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras, em oposição a práticas fragmentadas do saber, que visam atender as demandas imediatas do mercado. Capaz de promover a autonomia, tal formação seria voltada para os filhos da classe trabalhadora não no sentido assistencialista, mas como forma de promover sua inserção crítica nos mundos do trabalho, sendo esse o ideal com o qual a criação dos Institutos Federais dialoga.

Se não há restrições explícitas ao público feminino para o acesso aos Institutos Federais, há ainda marcas de diferenciação e exclusão das mulheres no ensino profissional, sobretudo em relação aos cursos considerados masculinos e que prevêm carreiras mais bem remuneradas, definindo um “cenário de assimetrias no que diz respeito à igualdade de oportunidades, criando

assim perpetuação de uma inserção periférica no mundo do trabalho” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2022).

Se a modalidade do Ensino Médio Integrado busca corresponder a esse projeto, é possível questionar o papel de outras modalidades de formação profissional técnica de nível Médio que também estão presentes na legislação que cria os Institutos Federais, ou seja, o concomitante e o subsequente. Para alguns autores, manter essas duas últimas modalidades teria sido um equívoco pois, além de segregar dois tipos de ensino, indicava a preocupação em atender aos interesses do setor empresarial (PEREIRA JUNIOR; MOREIRA, 2016: 176).

No caso da modalidade subsequente dos Institutos Federais, que são os cursos voltados para aqueles que já concluíram o Ensino Médio e visam a qualificação profissional, a evasão é um fator preocupante que contribui para a potencialização da desigualdade social, uma vez que a profissionalização permite que os indivíduos encontrem melhores oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com a literatura disponível, os principais motivos que levam os estudantes a desistirem do curso são relacionados às expectativas criadas por parte dos alunos e à dificuldade de conciliação dos estudos com o trabalho (ZAHN, 2022).

A participação feminina no ensino técnico profissionalizante subsequente no Brasil é maior (54%) em relação aos homens (46%) (PEREIRA et al, 2018), com uma concentração de mulheres em cursos que remetem ao doméstico e ao cuidado, enfatizando os estereótipos de gênero já enraizados na sociedade. Esse fato se relaciona ainda com a dificuldade do público feminino em se estabelecer em cursos que são vistos como masculinos, justificando os motivos que levam as alunas muitas vezes a abandonarem o curso (ZAHN; SANTIAGO, 2022).

Se os Institutos Federais “representam a nova face da Educação Profissional e Tecnológica brasileira” (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 71), é pertinente indagar as possibilidades dessas instituições de questionar estereótipos sobre as relações entre gênero, formação profissional e trabalho. Nesse contexto, a escolha pela modalidade subsequente enquanto foco da pesquisa ancorou-se no fato de atingir um público adulto, sendo muitos discentes casados e/ou com filhos, que buscam qualificação para melhorarem sua posição na ocupação que possuem ou reinserção no mundo do trabalho. Os cursos técnicos subsequente foram historicamente construídos com a chancela de serem constituídos por “trabalhadores estudantes”, marcados pelas experiências do mundo do trabalho e pelas inseguranças do mercado de trabalho (ALMEIDA, 2019). Além disso, trata-se de abrir a possibilidade de refletir sobre o projeto que os Institutos Federais representam para além do Ensino Médio Integrado, ou seja, como é possível propor uma formação integrada em outras modalidades de ensino.

Como um dos passos da nossa investigação, buscamos pela produção do conhecimento científico que envolvesse a temática gênero na Educação Profissional. Para tanto, recorreremos ao tipo de pesquisa denominado “estado do conhecimento” que, segundo Ferreira (2020), é de caráter bibliográfico, tem como objetivo mapear e discutir a produção acadêmica de determinada área do conhecimento. A autora destaca dois momentos distintos nesses processos de pesquisa. No primeiro, de caráter quantitativo, o pesquisador interage com a “produção acadêmica através da quantificação de identificação de dados bibliográficos, com o

objetivo de mapear essa produção num período de delimitado em anos, locais e áreas de produção” (FERREIRA, 2020, p.265). No segundo momento, de caráter qualitativo, o pesquisador analisa as produções “[...] aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento” (FERREIRA, 2020 p.265), buscando responder questões relacionadas ao objeto e à metodologia de cada trabalho encontrado.

Focalizamos em apresentar o primeiro momento do “estado do conhecimento”, mostrando síntese dos dados quantitativos encontrados, buscando demonstrar o mapeamento

geral relacionado à temática. Sendo assim, nesta pesquisa, foram levantadas as produções acadêmicas na base de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recorte temporal definido entre os anos 2019, 2020 e 2021. O recorte temporal se justifica pelo fato de refletir eventos recentes e situações pertinentes no momento, compreendendo o impacto das políticas de gênero na vida dos estudantes. Convém destacar que, conforme a Portaria da Capes nº 55 de 17 de março de 2022, que estabelece o calendário da Capes para coleta de informações referentes ao ano base 2021 junto às Instituições de Ensino Superior houve uma 2ª etapa encerrada em março de 2023, o que poderá gerar alterações nos dados de 2021.

O levantamento das publicações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi realizado por meio da utilização de palavras-chave relacionadas à temática central desta pesquisa, estudos de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. Sendo assim, elegemos a utilização dos seguintes descritores: mulheres; gênero e Educação Profissional e Tecnológica. No contexto da educação profissional, abordar questões de gênero implica compreender a interseccionalidade (entre raça, classe social e geração) como fator imprescindível para as análises (LOURO, 2004). Convém destacar a relevância da interseccionalidade em tais análises, pois essa implica compreender, por exemplo, que o trabalho doméstico é exercido por muitas mulheres e, neste caso, em sua maioria, mulheres negras. Requer ainda considerar a dualidade estrutural histórica da sociedade brasileira, a qual é reproduzida na escola e no mundo do trabalho. Berth (2019) aponta a importância dos feminismos plurais para a desconstrução de uma identidade universal de mulher, não raras vezes pautada por padrões brancos e heteronormativos (ESTEVES; PRESTES, 2020 p.616).

No desenvolvimento dessa pesquisa, estivemos cientes dessas questões. Contudo, para viabilizar a consulta, tivemos que optar por um recorte que não se expandisse para inclusão de outros termos importantes em nossa busca, tais como raça ou classe. Ainda assim, buscaremos articular essas temáticas em nossa discussão. Ao realizar a busca de cada descritor citado, optamos por refinar os resultados por meio dos seguintes filtros: tipo/grau acadêmico (Doutorado; Mestrado; Mestrado Profissional); ano de publicação (2019 a 2021) e; grande área do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas; Multidisciplinar). Após as aplicações destes filtros iniciais foram encontradas 5540 publicações. Desse total, descartamos 979 que apareciam repetição, restando 4561 trabalhos.

Destes 4561 trabalhos, realizou-se classificação quanto ao assunto tratado na publicação por meio da análise dos títulos e resumos dos mesmos. Neste processo os dados produzidos foram organizados considerando a classificação já contida no referido repositório e a utilização dos seguintes descritores: interseccionalidade, mundo do trabalho, trabalho doméstico, EPT. Com relação à segunda etapa do “estado do conhecimento” mencionada anteriormente, foram examinadas para o período entre os anos 2019 e de 2021, 2384 dissertações relacionadas a gênero, e 326 dissertações relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Houve uma primeira aproximação com as publicações por meio da leitura dos resumos, sumários e objetivos das dissertações relacionadas a Gênero e Educação Profissional (EPT). Embora compreendendo a limitação dessa análise, foi possível observar aspectos relacionados aos focos principais de tais estudos que apresentaremos a seguir de forma sucinta.

Podemos observar que a maior parte das publicações que tem como foco a temática Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua relação com as questões de gênero está centrada no estudante do Ensino Médio Integrado. Como exemplo, uma pesquisa (SOUZA, 2021) se propõe a discutir a trajetória e os desafios enfrentados por alunas do curso técnico de Desenvolvimento de Sistemas e investiga como se processa a representatividade feminina em cursos tecnológicos de maioria masculina, bem como a discriminação de gênero sofrida pelas mulheres desta área. Também foi identificada uma pesquisa (BARROS, 2021) que trata sobre

a diversidade sexual e de gênero na Educação Profissional de nível médio que analisa como o espaço escolar tem se colocado diante dessa temática em termos de reflexão, currículo e inclusão.

Ainda foi possível destacar temáticas centrais abordadas nestes trabalhos, que versam sobre a participação das mulheres na ciência e na tecnologia; discussões conceituais sobre gênero atrelada ao contexto histórico e sociocultural da construção dos simbólicos no que diz respeito à figura da mulher, visando entender a origem dos paradigmas construídos em torno das relações de gênero e da figura representativa da mulher; análise da trajetória de mulheres na EJA; sentidos que mulheres mães na pós graduação atribuem ao currículo no que se refere às questões de gênero. Na tentativa de fazer aproximação com a nossa proposta de pesquisa, identificamos um trabalho na área da psicologia, por meio de um dos objetivos, que foi compreender as concepções trazidas por mulheres, estudantes de um curso técnico, as quais se dividem entre tarefas domésticas e escolares (ALVES, 2019).

Considerando suas concepções próprias acerca de como se constroem através de suas multitarefas: atividades domésticas, profissionais e educacionais. Igualmente, foi encontrada uma segunda pesquisa (INOCÊNCIO, 2021) que se aproxima com o nosso objeto de pesquisa, que teve o intuito de compreender como os conceitos de trabalho, educação, gênero e sexualidade são abordados e articulados na formação profissional e integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Com base no exposto, acerca do “estado do conhecimento”, podemos concluir que, apesar de localizadas pesquisas relacionadas às questões de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica, ainda há um vasto campo para avançar no debate desta temática, especialmente no ensino subsequente, sendo nossa intenção contribuir nesse processo de construção do conhecimento. Posto isto, enfatizamos a função social e a responsabilidade ética de nossas instituições educacionais na elaboração de estratégias voltadas à promoção da educação para a diversidade e aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, a difusão de tais ações para que possam fomentar outras em diferentes contextos educacionais.

### 3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi preponderantemente qualitativa, tendo em vista os objetivos a que se propôs, os quais envolvem a análise mais detalhada da questão em estudo. Na abordagem qualitativa, o ambiente configura-se como a fonte dos dados da pesquisa, sendo que através do contato direto com a fonte, o pesquisador aproxima-se do objeto de estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Desta forma, os fatos e fenômenos estudados são observados a partir do contato com os sujeitos envolvidos neles e, dessa forma, analisados e descritos a partir do olhar do pesquisador, com base em fundamentos teóricos norteadores. Ao aplicar-se sobre o ambiente onde se concretizam os fenômenos estudados, estabelecendo uma aproximação com os sujeitos envolvidos, a pesquisa qualitativa possibilitou a compreensão do contexto no qual tais indivíduos estão inseridos, propiciando o entendimento sobre o modo como são construídos e interpretados seus comportamentos, sentimentos e ações. Em alguns momentos, foi utilizada em conjunto, a pesquisa quantitativa como apoio na análise e interpretação dos resultados, como por exemplo, na tabulação dos dados do questionário.

A investigação se desenvolveu em três etapas. Na primeira delas, houve a revisão bibliográfica sobre a temática proposta, por meio de literaturas que discorram sobre trabalho doméstico, gênero, raça, trabalho e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto do subsequente. Também houve a realização da coleta de dados primária, por meio de um questionário fechado, com os alunos dos Cursos Técnico Subsequentes de Administração (2º. Período) e Eletrotécnica (1º. Período) no ano de 2022, com o objetivo de compreender suas concepções sobre trabalho e trabalho doméstico, bem como suas metas pessoais para ingresso no ensino profissional, suas motivações para a escolha do curso e suas expectativas para o

futuro. A seleção desses períodos está relacionada à forma de ingresso: no meio do ano para Eletrotécnica e no início do ano para Administração. A pesquisadora foi às salas de aulas para convidar os discentes a participarem. A aplicação foi feita presencialmente, pois houve o receio de que a aplicação remota, via formulário do Google, não alcançasse número significativo de estudantes ou apenas aqueles que, de alguma forma, já eram sensíveis ao tema. Com o questionário impresso, também foi entregue duas cópias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) àqueles que aceitaram participar para que assinassem antes de responder ao questionário. Vale frisar que os procedimentos somente foram iniciados somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), tendo sido sanadas todas as possíveis dúvidas dos participantes.

Na segunda etapa, após a análise dos dados coletados no questionário por meio da tabulação com base no referencial teórico-metodológico, os discentes foram convidados para participar de uma entrevista semiestruturada por meio de mensagem eletrônica. Embora tenha sido enviada mensagem para todos os alunos dos Cursos Técnicos Subsequente de Administração e de Eletrotécnica por três vezes, houve apenas uma resposta, de uma aluna da Administração. Ela foi entrevistada via GoogleMeet. Diante da dificuldade de entrar em contato com os discentes, foi necessária uma intervenção nas salas de aula: foi solicitada autorização para que a pesquisadora entrasse em sala em um momento de aula, explicasse a pesquisa e ficasse à disposição em outra sala para os alunos que tivessem interesse em participar que, por sua vez, seriam liberados pelo professor por um tempo. A partir disso, mais cinco alunos participaram: três homens e duas mulheres, todos do curso de administração, no primeiro semestre de 2023, sendo que os dados coletados nesse contexto foram analisados por meio da Análise de Conteúdo. Não houve a participação de discentes do Curso Técnico Subsequente de Eletrotécnica nessa fase devido à dificuldade encontrada pela pesquisadora para conseguir entrar em contato com eles no momento das aulas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o questionário foi elaborado com dezoito perguntas fechadas, relacionadas às características pessoais, à presença no Instituto Federal e suas concepções sobre trabalho. Nesse momento inicial da investigação, tratava-se de aproximar-se dos participantes e do contexto em que estavam inseridos, enfatizar as questões relacionais entre homens e mulheres e levantar algumas evidências sobre como eles compreendem o trabalho doméstico e sua responsabilidade quanto ao mesmo, ou seja, como se equilibram entre os estudos, trabalho e o trabalho doméstico.

Assim, o questionário foi dividido em três partes distintas. Em um primeiro momento, perguntas voltadas à identificação, tendo sido colhidos dados individuais dos participantes, tais como curso, ano de ingresso, faixa etária, identificação racial e de gênero, se possui filhos e, se sim, quantos e qual a faixa etária e com quem mora. Na segunda parte do questionário, foram inseridas questões sobre a relação com o Instituto Federal, o motivo do ingresso, a escolha da instituição e do curso, bem como o que pensam sobre a grade curricular, na expectativa de que isso forneça indícios sobre as possibilidades de formação integrada na modalidade subsequente. A terceira parte foi voltada para compreender qual seria impacto dos estudos sobre a rotina, concepções sobre trabalho em geral e sobre trabalho doméstico em particular, assim sobre o que representam em suas vidas.

Para esse momento da coleta de dados, conforme já mencionado, foi feito contato com os coordenadores de curso, bem como com docentes que atuam junto às turmas, pedindo autorização para aplicação do questionário. Com a anuência das docentes e dos coordenadores de curso, as pesquisadoras usaram alguns minutos da aula, no contexto presencial, para fazer uma breve apresentação da pesquisa e solicitar a contribuição dos estudantes através das

respostas do questionário. Para os estudantes do curso técnico de Administração, a aplicação aconteceu no dia 18 de abril de 2022, no momento final da primeira aula, sendo que havia 16 estudantes em sala e todos participaram. Na turma de Eletrotécnica, o questionário foi aplicado no início da primeira aula do dia 28 de abril de 2022 e 17 alunos participaram, sendo que não foi anotado quantos alunos estavam em sala no momento.

Em consonância com os dados levantados sobre a matrícula dos semestres anteriores, a maior parte dos participantes na turma de administração era mulher, aproximadamente 87,5%, enquanto a grande maioria dos participantes da turma de eletrotécnica era homem, aproximadamente 94,1%. A experiência da aplicação do questionário também foi distinta pois, na turma da administração, após a explicação das pesquisadoras, todos aderiram sem maiores questionamentos e houve um clima de tranquilidade, embora fosse o final da aula, pouco antes do intervalo começar, momento em que os alunos já estão na expectativa para deixar a sala de aula. Já na sala de aula da eletrotécnica, houve uma série de intercorrências. Ao longo da abordagem da pesquisadora, já era possível observar olhares de dúvida e desconfiança. Quando os Termos de Consentimento Livre Esclarecido foram entregues, condição para que sejam garantidos os direitos dos participantes do ponto de vista ético, houve um misto de falta de compreensão e resistência para assinar, ainda que a explicação do documento tenha sido repetida várias vezes, inclusive com atendimento individual dos estudantes.

Alguns estudantes da turma de eletrotécnica queriam entregar o questionário sem assinar o termo, sendo que houve muitos questionamentos sobre o significado do documento. Ao longo da participação, foi possível ouvir comentários como: “Credo! Parece que está investigando a minha vida” ou “Ai de mim se não fizer as tarefas domésticas do jeito que ela quer... Precisava existir a Lei João da Penha”. Assim, na sala de aula em que a maioria era masculina, houve mais resistência e certa confusão ao longo da aplicação. Ao relatar o contato inicial com grupos focais masculinos nos quais houve a abordagem da questão do trabalho doméstico, Bruschini e Ricoldi relatam que houve um estranhamento inicial entre os homens, como se não entendessem a relevância do tema ou não gostassem de falar sobre ele (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012, p.265). Embora na presente pesquisa não tenha sido utilizado o grupo focal, é possível considerar que a aplicação presencial do questionário acarretou processos de interferência relacionados a tal técnica, como a influência social e, decorrente dele, a influência normativa (GONDIM, 2003, p.156). Por outro lado, embora o medo da desaprovação social e a adoção de atitudes extremadas tenham orientado intervenções orais ao longo do processo de preenchimento do questionário, isso não quer dizer que impactou as respostas que se mantiveram em sigilo. Essas, por sua vez, podem ter sido influenciadas pela presença de pesquisadora do sexo feminino, sobretudo na turma de eletrotécnica. Afinal, ainda que tenham sido alertados para responderem conforme as suas concepções, pode ter ocorrido a tentativa de selecionar a alternativa que suas interlocutoras poderiam considerar correta ou, por outro lado, aquela que comprovasse a irrelevância do tema.

Considerando que a divisão etária é uma variável de interesse, vale destacar que a turma de administração era composta por pessoas visivelmente mais jovens em relação à outra turma, sendo uma participante disse ter entre 15 e 19 anos, dez entre 20 e 30 anos, quatro entre 31 e 40 anos e uma entre 41 e 50 anos. Na turma de eletrotécnica, por sua vez, dois participantes disseram ter entre 15 e 19 anos, cinco entre 20 e 30 anos, quatro entre 31 e 40 anos, cinco entre 41 e 50 anos e um acima de 51 anos. As diferenças na receptividade às discussões de gênero entre diferentes faixas etárias podem ser explicadas por mudanças nas normas culturais e sociais ao longo do tempo, bem como pela influência da socialização e da identidade de grupo, estando relacionada às mudanças culturais e sociais que ocorrem ao longo do tempo. As gerações mais antigas cresceram em um contexto em que essas normas de gênero eram mais rígidas e binárias, com expectativas bem definidas em relação aos papéis de homens e mulheres, sendo predominantes e raramente questionadas. Assim, para muitos deles, as discussões de gênero contemporâneas podem parecer desafiadoras ou até ameaçadoras às suas crenças e valores. Por

outro lado, as gerações mais jovens cresceram em um ambiente em que as discussões de gênero, a igualdade de gênero e a diversidade de identidade de gênero tornaram-se mais proeminentes e aceitas. Esses indivíduos tiveram acesso a uma educação mais inclusiva e diversificada, tendo sido expostos a uma variedade de perspectivas e experiências de gênero. Além disso, as mudanças sociais, como os movimentos feministas e LGBTQ+, contribuíram para criar um ambiente mais receptivo às discussões de gênero e à diversidade de identidades de gênero (ARAÚJO, 2005).

Sobre como se identificam em relação à cor da pele, não foram observadas diferenças significativas: sete participantes se declararam brancos, oito pardos e um preto na Administração, enquanto nove se declararam brancos, seis pardos e dois pretos na eletrotécnica. Em relação aos filhos, doze participantes da turma de administração afirmaram não ter filhos, sendo que seis moram com seus respectivos companheiros, cinco com seus pais, quatro sozinhos e um com parentes. Já na turma de eletrotécnica, onze participantes disseram ter filhos, sendo que onze disseram morar com seus respectivos companheiros, dois em repúblicas, dois com os pais e um sozinho. O fato de ser formado praticamente por mulheres mais jovens e sem filhos, enquanto o outro por homens acima de 30 anos e com filhos, impacta a forma como concebem o trabalho doméstico. Afinal, se todas as tarefas domésticas tendem a ser naturalizadas como femininas na sociedade capitalista, o nascimento e a criação dos filhos talvez sejam os eventos mais impactantes para as mulheres nesse contexto (FEDERICI, 2019, p.27)

Na turma de administração, sobre o que motivou o ingresso no Instituto Federal, cinco mulheres e um homem disseram que buscavam uma posição melhor no trabalho, três mulheres buscavam qualificação para mudar de carreira e seis mulheres e um homem para ingressar ou reingressar no mercado de trabalho. Ainda que a maioria tenha assinado a alternativa sobre ingresso ou reingresso no mercado, quando perguntados se tinham “um trabalho remunerado, ou seja, com pagamento”, quatorze participantes (doze mulheres e dois homens) responderam afirmativamente, o que parece indicar que o sentido da primeira pergunta pode não ter ficado tão claro para os respondentes. Na turma de eletrotécnica, seis homens disseram buscar uma posição melhor no trabalho, quatro homens e uma mulher buscavam qualificação para mudar de carreira, três homens para ingressar ou reingressar no mercado de trabalho e três assinalaram “outros”. Nesse segundo grupo, todas as pessoas (quinze homens e uma mulher) afirmaram ter um trabalho remunerado. Interessante notar que, nas duas turmas, a maioria das pessoas busca o curso técnico mesmo já tendo um emprego, o que sugere a expectativa de uma melhora nas condições de trabalho após a qualificação adquirida com o curso técnico, bem como o desafio de conciliar diferentes esferas: o trabalho, a escola e a casa.

Quando questionados sobre porque escolheram o Instituto Federal, entre os participantes da administração, quatorze disseram que pela “qualidade do ensino”, sendo que dez destacaram, em resposta a questão posterior, que o ensino na instituição alia “a formação técnica e a formação geral”. Quinze participantes da eletrotécnica também destacaram a qualidade do ensino como o principal motivo para a escolha e quatorze consideraram que o ensino alia formação geral e técnica. Esse último dado chama atenção em comparação ao estudo do Projeto Pedagógico do Curso, pois não foram identificadas disciplinas que abordem temas para além do conhecimento técnico.

Em relação à escolha do curso, seis respondentes da administração disseram que gostam da área, dois porque já atuam na área, três porque pretendem ter um horário de trabalho bem definido e três porque pretendem ter um horário de trabalho flexível. Na outra turma, nove respondentes da eletrotécnica afirmaram que escolheram por gostar da área, cinco por já atuarem na área e dois porque pretendem ter um trabalho com horário flexível. Chama a atenção que, entre as mulheres do curso de Administração, o horário do trabalho seja uma questão importante para a escolha da formação profissional, pois define a possibilidade de organizar

sua vida tendo em vista demandas tidas como pessoais. Tendo em vista que a maioria não tem filhos, seria possível indagar quais as suas perspectivas para o futuro, o que almejam sobre isso e como vislumbram conciliar a vida profissional com outros papéis.

Nesse grupo da administração, quatorze (doze mulheres e dois homens) respondentes avaliaram que estudar no Instituto Federal tem um grande impacto em sua rotina, sendo que, entre elas, onze (nove mulheres e dois homens) disseram que ficam o dia todo fora de casa e ainda têm que realizar as tarefas domésticas, duas mulheres disseram que, embora não trabalhem fora, são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e apenas uma mulher disse porque fica o dia todo fora de casa, sem mencionar as tarefas domésticas. Entre os participantes da eletrotécnica, dezesseis (quinze homens e uma mulher) afirmaram que o estudo tem grande impacto em sua rotina, sendo que oito homens disseram que isso ocorre porque ficam fora de casa o dia todo e oito participantes (oito homens e uma mulher) mencionaram o fato de trabalharem o dia todo fora de casa somado ao fato de ainda precisarem fazer as tarefas domésticas. Ou seja, nessa questão sobre o que a formação profissional representa em suas vidas em termos de organização do tempo, nenhum homem da eletrotécnica se apresentou como o principal responsável pelas tarefas domésticas, mesmo aquele que se apresentou como desempregado.

Na turma de eletrotécnica, quando perguntados, de forma direta, se havia uma pessoa que seria a principal responsável pelas tarefas domésticas em sua casa, dois homens e uma mulher se identificaram como os principais responsáveis entre os participantes da eletrotécnica. É notável que um desses homens e a mulher afirmaram que moram com amigos, em repúblicas, enquanto o outro homem disse morar com familiares. Quatro homens afirmaram que era a esposa a principal responsável, um afirmou ser a mãe e nove disseram que “não há uma pessoa que seja a principal responsável, pois as tarefas são divididas de forma igualitária”.

Na administração, dez pessoas se definiram como a principal responsável, sendo nove mulheres e um homem. Uma respondente disse ser a mãe e cinco (quatro mulheres e um homem) afirmaram existir a divisão igualitária das tarefas. Entre esses cinco respondentes, é importante enfatizar que quatro moravam com os pais e apenas uma mulher com seu companheiro. Nenhum dos respondentes atribuiu essa responsabilidade a outros familiares masculinos como pais ou avôs. Ao comparar essas respostas, é válido indagar o que todos esses respondentes entendem por divisão de forma igualitária e como isso acontece na prática. Em pesquisa sobre o papel dos homens no trabalho doméstico, pesquisadoras notaram que a menção à participação masculina no trabalho doméstico era constante, porém matizada na forma de “ajuda” e, logo, como algo periférico e não obrigatório. Da mesma forma, destacaram a tendência dos homens em mencionar “divisão” com sentido de que eles organizaram a atribuição dos afazeres domésticos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012, p. 263). Se o questionário fechado não permite que compreendamos essas nuances, esses são apontamentos pertinentes para problematizar as respostas.

Sobre como definir trabalho, na administração, oito participantes (sete mulheres e um homem) escolheram a alternativa “qualquer atividade relacionada à manutenção da vida (com pagamento ou não)” e oito (sete mulheres e um homem) que seria “uma atividade remunerada, ou seja, com pagamento em troca do trabalho oferecido”. Na eletrotécnica, sete homens selecionaram a alternativa com ênfase na manutenção da vida, nove (oito homens e uma mulher) destacaram a questão da remuneração e um homem não respondeu. Sobre seus sentimentos em relação ao trabalho, na administração, treze pessoas (onze mulheres e dois homens) disseram que era importante para garantia do sustento, duas mulheres selecionaram a alternativa “recompensador, pois me sinto útil para a comunidade” e uma mulher afirmou ser desgastante, por falta de reconhecimento ou valorização. Ainda sobre essa pergunta, na eletrotécnica, quatorze pessoas (treze homens e uma mulher) afirmaram ser importante, uma disse recompensador, um homem disse ser desgastante e um homem não respondeu. É possível

destacar a falta de consenso sobre o que define o trabalho, bem como uma perspectiva pouco crítica em relação ao sentido e às condições de trabalho como um todo.

Por fim, sobre a definição de trabalho doméstico, na administração, seis mulheres consideraram que não é um trabalho, sendo que uma relacionou ao cuidado e ao amor, uma disse que não tem impacto na sociedade capitalista e quatro mulheres consideraram que não há uma carga horária definida, nem cobrança sobre desempenho. Nessa mesma turma, dez respondentes (oito mulheres e dois homens) disseram que é um trabalho “pois fornece condições para que outros trabalhos sejam realizados”. Na eletrotécnica, dois homens não responderam e sete participantes consideraram que não é um trabalho, sendo que três homens relacionaram ao cuidado e ao amor; uma mulher e um homem consideraram que não há uma carga horária definida, nem cobrança sobre desempenho. Dez homens da eletrotécnica, por sua vez, consideram que se trata de um trabalho que fornece condições para o desempenho dos demais”. Chama atenção o amplo reconhecimento das tarefas domésticas enquanto trabalho, majoritário nas duas turmas, o que está em coerência com a resposta à pergunta anterior, na qual a alternativa que apresentava a associação de trabalho com manutenção da vida também foi a mais assinalada. Apesar de algumas limitações, visto que não foi possível identificar diferenças significativas entre os participantes considerando recortes de gênero, etário ou de raça, o questionário inicial cumpriu algumas funções pertinentes. Em primeiro lugar, houve a aproximação inicial com o público da pesquisa. Em segundo lugar, além de levantamento de dados, a aplicação também foi uma provocação para esses alunos, ao problematizar ideias e situações que, provavelmente, não esperavam que fossem levantadas no contexto do ensino profissional.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2023 com estudantes do curso de administração, sendo três mulheres e três homens. Como dito anteriormente, apesar de recorrentes tentativas de incluir estudantes da eletrotécnica, isso não foi possível devido à dificuldade de entrar em contato com eles. Além da restrição a apenas um dos cursos investigados, os entrevistados eram jovens e todos se identificaram todos como brancos. Três homens e uma mulher tinham entre 20 e 23 anos, uma mulher tinha 38 e a outra 39 anos. Dois homens e duas mulheres eram casados, os demais moravam com os pais. Assim, tendo em vista essas características dos sujeitos da pesquisa, não foi possível aprofundar a análise considerando as variáveis etária e de raça, conforme planejado inicialmente.

O roteiro da entrevista foi composto por quatro questões: “o que os seus responsáveis pensavam que era apropriado para a criação de uma menina?”; “você acredita que o fato de ser mulher/ homem influenciou suas escolhas em relação ao estudo e ao trabalho ao longo da sua vida?”; “na sua casa atual, quem realiza as tarefas domésticas?”; “você acredita que as tarefas podem ser definidas como trabalho?”. Tendo como referência as fases da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), na fase de exploração do corpus, foram estabelecidos dois temas como “unidades de registro”, quais sejam: criação de meninas, escolhas de homens e mulheres e características do trabalho doméstico.

Após a definição desses temas como unidades de registro (quadro 1), retornou-se ao corpus documental para reflexão sobre as unidades de contexto, sendo possível observar, em relação ao tema “criação de meninas”, o reconhecimento da diferença em comparação com os meninos e aos incentivos à educação formal, ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico. No tema “escolhas de homens e mulheres”, destacou-se o aspecto relacional, ou seja, diferença e igualdade das mulheres em relação aos homens. Sobre o tema “características do trabalho doméstico”, as unidades de contexto foram divisão, cansaço e remuneração. Considerando as unidades de registro e de contexto, o corpus foi retomado com vistas à enumeração, baseada na presença, frequência e direção, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 1- Unidade de registro - Tema

Tema	Trechos selecionados
Criação das meninas	<p>“era bem rígido”</p> <p>“meus irmãos podiam ficar na rua, brincar com os amigos, já eu não”</p> <p>“não podia sair de casa”</p> <p>“meu pai era bem conservador”</p> <p>“não podia usar roupa curta”</p> <p>“eu engravidei com 15 anos, meu pai chorou muito”</p> <p>“se a gente fosse namorar, ele já ficava mais retraído”</p> <p>“[meus pais] acreditavam que tem que trabalhar, arrumar um bom marido e não usar droga”</p> <p>“acreditavam que estudar não vale a pena, era perda de tempo e de dinheiro, enquanto podia estar trabalhando, prestando serviço”</p> <p>“eu nunca parei para pensar nisso”</p> <p>“aprender serviço doméstico e ter continuidade nos estudos”</p> <p>“minha mãe incentivou bastante minhas irmãs a continuarem os estudos e fazer uma faculdade. Mas sempre teve o desejo delas aprender a cozinhas, acredito que essas duas partes”</p> <p>“acho que o mais importante é que ela estudasse, trabalhasse, igual eu mais ou menos”</p>
Escolhas de homens e mulheres	<p>“um pouco, acho que em certa parte não influencia”</p> <p>“a mulher doa muito em tudo, né?”</p> <p>“eu parei a minha vida quando engravidei, meu sonho era fazer uma faculdade, um curso técnico. Fiquei em casa por pouco tempo, pois fui trabalhar. Um homem continuaria uma vida normal”</p> <p>“principalmente por eu ser a provedora”</p> <p>“até que é difícil você ver uma engenheira. Eu quero fazer curso superior em engenharia civil que tem a ver com meu trabalho lá atrás que influenciou por eu ser homem”</p> <p>“por ser homem, eu acho que não [influenciou minhas escolhas]”</p> <p>“eu e minha irmã tivemos as mesmas oportunidades e incentivos”</p> <p>“minha mãe que fica 24 horas em função disso e infelizmente não tem o reconhecimento dentro de casa, e aquilo impede que ela às vezes de conseguir um trabalho externo, talvez uma remuneração, uma qualificação melhor, tanto pessoal quanto profissional”</p>

Características do trabalho doméstico	<p>“Hoje em dia as tarefas domésticas são divididas entre meu pai e minha mãe”</p> <p>“Hoje é todo mundo [...] todo mundo faz um pouco”</p> <p>“Eu faço todo trabalho doméstico”</p> <p>“Mais é minha mulher”</p> <p>“Dia de semana, ela faz algumas coisas porque eu estou no curso e ela em casa, mas normalmente dividimos”</p> <p>“Cada um ajuda um pouco”</p> <p>“Todo mundo tenta fazer um pouquinho, mas acaba sendo mais a minha mãe no trabalho mais pesado, como lavar roupa, mas todo mundo tenta dar uma varrida para tirar aquela poeira, tentando dar uma forcinha”</p> <p>“Todo mundo ajuda um pouco [...] mas quem faz mais é minha mãe e minha irmã”</p> <p>“é muito importante, todo dia que a gente acorda, vai ter coisa para fazer”</p> <p>“[é um trabalho] até mais que um trabalho externo porque pode acabar cansando mais”</p> <p>“demanda tempo, dedicação, cansaço, comprometimento e infelizmente não é remunerado”</p> <p>“de fato é um trabalho, mas não tem que ser remunerado. Um exemplo: eu moro em casa com a minha mulher, aí lavo a louça e quero 50? Pelo menos isso em um âmbito familiar”</p> <p>“hoje em dia tem empregada doméstica, que acaba sendo um trabalho. Mas em casa, mesmo sem remuneração, eu acredito que não.”</p> <p>“Nunca parei para pensar”</p> <p>“Eu acho que é um trabalho, mas são duas coisas, né? [...] acho que é obrigação de cada pessoa manter o ambiente em que vive limpo. Nunca pensei nesse caso de remunerar o trabalho doméstico por ser coisas próprias”</p>
---------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 2 - Enumeração a partir das unidades de registro e de contexto

Unidade de registro	Unidade de Contexto	Aluna 1	Aluna 2	Aluna 3	Aluno 4	Aluno 5	Aluno 6
Criação de meninas	Diferente em relação aos meninos	X	X	X			
	Incentivo à educação formal					X	X
	Incentivo ao trabalho remunerado			X			X
	Incentivo ao trabalho doméstico			X		X	
Escolhas de homens e mulheres	Diferença em relação aos homens		X	X	X	X	
	Igualdade em relação aos homens	X					X
Características do trabalho doméstico	Divisão de tarefas	X	X		X	X	X
	Cansaço	X	X	X			
	Remuneração			X	X	X	X

Fonte: Elaborada pelas autoras

Com essa segunda fase da Análise de Conteúdo, foi possível chegar às categorias de socialização e privado, que orientaram as inferências e a interpretação dos dados. Entre os participantes, o reconhecimento da socialização diferencial entre homens e mulheres perpassou a abordagem de todos os temas. As mulheres enfatizaram o controle familiar sobre sua presença no espaço público, com ênfase na sexualidade (roupa curta, namoro, gravidez). O incentivo ao estudo, ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico perpassou a fala de uma mulher, que destacou como a família incentivou tanto o trabalho fora de casa quanto “arrumar um bom marido”, bem como de dois homens, sendo que um falou sobre o incentivo que as irmãs receberam para fazer faculdade e, ao mesmo tempo, para “aprender serviço doméstico” e de um homem que afirmou, em relação à irmã, “que o mais importante é que ela estudasse, trabalhasse, igual eu mais ou menos”. A educação formal e o trabalho remunerado das mulheres estão, de alguma forma, atrelados ao doméstico, o que fica evidente na última fala pela expressão “mais ou menos”.

No que se refere às escolhas, tanto mulheres quanto homens reconheceram que há diferenças. Enquanto uma participante afirmou que suas decisões em relação à educação formal e ao trabalho foram impactadas porque “a mulher doa muito em tudo” e que “eu parei a minha vida quando engravidei” sendo “um homem continuaria uma vida normal”, um participante considerou que “por ser homem, acho que não”, ou seja, que não houve impacto sobre suas decisões. Observando a situação de sua mãe, uma aluna conclui:

Minha mãe que fica 24 horas em função disso e infelizmente não tem o reconhecimento dentro de casa, e aquilo impede que ela às vezes de conseguir um trabalho externo, talvez uma remuneração, uma qualificação melhor, tanto pessoal quanto profissional (Aluna 3)

A avaliação da participante mostra como a imersão feminina no trabalho doméstico impacta negativamente a vida da mãe, que justamente por se dedicar integralmente aos afazeres domésticos não tem tempo para mais nada e, logo, não consegue “qualificação melhor”, além de não ser reconhecida pelo que faz. Observa-se, portanto, uma oscilação entre os participantes entre consenso e conflito em torno da socialização diferencial, algo que também marca os debates acerca do papel da escola nesse processo (ZAIDMAN, 2009, p.82). Aos limites impostos às mulheres que ficam atreladas às tarefas domésticas somam-se a associação de alguns cursos e algumas carreiras como masculinos. A dificuldade de “ver uma engenheira”, por exemplo, fez um participante ponderar que escolheria o curso de engenharia por causa da atuação profissional no passado que, por sua vez, foi influenciada “por eu ser homem”. Uma aluna disse que “em certa parte não influencia”, sendo que, novamente, a expressão empregada dá indícios de que há influência. Um aluno afirmou que “eu e minha irmã, por exemplo, tivemos as mesmas oportunidades e incentivos”.

Porém, esse último, quando questionado sobre quem fazia as tarefas domésticas em sua casa, reconheceu que “todo mundo ajuda um pouco, mas quem mais faz é a minha mãe e a minha irmã”. Nesse tema, o uso da palavra “divisão” para refletir sobre quem realiza as tarefas domésticas aparece na fala de duas mulheres e de um homem, sendo que a entrevistadora perdeu a oportunidade de questionar melhor o que entendem por divisão. A palavra “ajuda” está presente nas falas de dois homens que, ao mesmo tempo, reconhecem que o mais pesado ou frequente fica por conta das mulheres, como já visto na fala de outro entrevistado citado acima:

Cada um ajuda um pouco. Todo mundo tenta fazer um pouquinho, mas acaba sendo mais minha mãe no trabalho mais pesado, como lavar roupa, mas todo mundo tanta dar uma varrida para tirar aquela poeira, tentando dar uma forcinha. (Aluno 5)

Se, na perspectiva desse aluno, todos fazem um “pouquinho” ou dão uma “forcinha” de forma eventual, as principais atribuições, que demandam tempo, planejamento, esforço e continuidade ficam a cargo da mãe. O reconhecimento do trabalho doméstico como algo cansativo está presente entre todas as entrevistadas, ao passo que todos os entrevistados

consideraram o tema da remuneração como algo problemático, tendo em vista que acontece no “âmbito familiar”, direcionado às “coisas próprias”. Isso nos conduz à categoria de privado, também presente em todos os temas e em todos os entrevistados. Isso porque as referências ao contexto familiar não ocorrem apenas devido ao roteiro da entrevista, que remete às experiências e relações ocorridas no interior das casas, mas à concepção, presente em todos os relatos, de que esses assuntos estariam relacionados estritamente ao privado e, portanto, seriam independentes das políticas públicas – aí incluso a pauta da educação formal – e da estrutura econômica.

Ao discutir o legado teórico e jurídico do liberalismo, Okin mostra como o direito de certos indivíduos de não sofrerem interferência do Estado sobre suas vidas, em geral chefes de famílias do sexo masculino, também implica no seu direito de controlar outros membros da sua esfera privada (OKIN, 2008). No contexto de crise econômica e precarização do emprego essas questões se agravam e os membros subordinados das famílias, como as mulheres, se veem cada vez mais destituídos de seus próprios direitos à privacidade. Ao mesmo tempo, conceber o trabalho doméstico como sendo da esfera privada não permite que os discentes o entendam como algo condicionado por questões sociais, políticas e econômicas mais amplas e, alheios a esse caráter estrutural, seguem sem vislumbrar ou elaborar propostas concretas de como superar as desigualdades

## 5 CONCLUSÕES

A análise do material coletado fornece indícios importantes sobre as concepções de trabalho e trabalho doméstico entre os sujeitos da pesquisa, bem como sobre a importância da socialização diferencial de homens e mulheres. Em relação ao primeiro ponto, observou-se, por meio da aplicação do questionário, que os estudantes apresentam falta de consenso e uma perspectiva pouco crítica sobre o conceito de trabalho. A partir do mesmo instrumento de coleta de dados, também foi possível observar que a maioria define os afazeres domésticos como trabalho, na medida em que fornece condições para a realização de outros trabalhos, parecendo não haver diferenças significativas sobre o tema. Nas entrevistas, porém, o recorte de gênero fica mais evidente e os estudantes do sexo feminino enfatizam a questão do cansaço associado ao trabalho doméstico, enquanto os homens problematizam a remuneração, considerando que não seria legítima dada a natureza e o lugar no qual as atividades são realizadas. Dessa forma, o segundo instrumento de coleta de dados forneceu mais elementos para constatar as nuances na forma de conceituar trabalho doméstico, além de enfatizar a importância da socialização diferencial de homens e mulheres, o seu impacto sobre as suas vidas, escolhas e formas de ver o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Os movimentos dos cursos técnicos subsequentes sobre os sentidos do trabalho: a (des)alienação dos trabalhadores-estudantes. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho São Paulo, Boitempo, 2009 p.109-115.

ANUÁRIO Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica, ano base 2019, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. Psicologia Clínica, v. 17, n. 2, p. 41-52, março 2005.

ARAÚJO, E. R.; OLIVEIRA, J. C. P. Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-14, maio 2022.

ARAÚJO, R. M. DE L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61–80, 15 ago. 2015.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.1, p. 259-287, janeiro-abril 2012.

CARRASCO, C. El paradojo del cuidado. In: JÁCOME, M.; VILELA, S. *Orçamentos Sensíveis a Gênero: Conceitos*. Programa Orçamentos Sensíveis a Gênero ONU Mulheres. Brasília, 2012.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Revista Trabalho Necessário*, 3.,2005.

DECRETO Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. *Diário Oficial*, Página 6975, 26 de setembro de 1909 (Publicação Original).

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. D. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2012, João Pessoa. *Anais Eletrônicos*. Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 1492-1508.

ESQUIVEL, V. La Economía del cuidado: un recorrido conceptual In: JÁCOME, M. L.; VILELA, S.: *Orçamentos Sensíveis a Gênero Conceitos*. Programa Orçamentos Sensíveis a Gênero ONU Mulheres, Brasília, 2012. p. 39-64.

FEDERICI, S. *O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo, Editora: Elefante, 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico. In: Hirata, H et al (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 257-262.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.5, n.12, p.173-252, Ago. 1991.

KERGOAT, D. *Lutar, dizem elas...* 2º ed. Recife: SOS Corpo, 2018.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

LIMA, M.; C., L.; DAMASCENO, R. A. D. R. Crítica ao apagamento das mulheres no ensino industrial: a história da inserção feminina na Escola Técnica Federal do Espírito Santo (1950-1970). *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n.260064, p. 31, fev 2021.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 443-482.

NOSELLA, P., BUFFA, E.. Artes liberais e artes mecânicas: a difícil integração. In: NOSELLA, P.. Qual Compromisso Político? Ensaios Sobre a Educação Brasileira Pós-Ditadura. Bragança Paulista: Editora IFAN-CDAPH/EDUSF, 1998. pp. 79-90.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Revista Estudos Feministas, v. 16, n.2, p. 305-332, ago. 2008.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. Linhas Críticas. Brasília, v. 16, n. 30, 2010, pp. 71-88.

MARX, K.; O Capital: Crítica de Economia Política. Livro 1. 29ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. F. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277p.

RAMOS, M. N. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROCHA, A. F.; Educação Profissional Brasileira e participação feminina: uma análise histórica. Revista de Pós-Graduação em Educação, v.s/n, n.1-12, 01 dez, 2016.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade: Gênero e Educação. v. 20, n. 2, p. 71-99. jul/dez 1995.

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. Tempos de Capanema. 2ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

ZAHN, R. S. G. Panorama da evasão escolar em cursos da educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente. Congresso de Divulgação Científica, Cultural e Tecnológica IFF .Campus Santo Antonio de Pádua, 2022. Disponível em: <https://anais.eventos.iff.edu.br/index.php/sacaiff/article/view/1562/1783>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ZAIDMAN, C. Educação e socialização. In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.80-84.